

Enunciado MPCMG n. 01, de 29 de outubro de 2020.

(Alterado pelo Assunto Administrativo nº 102/2024)

O Colégio de Procuradores do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, no exercício da atribuição a que se refere o art. 31-A da Lei Complementar estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008, aprova o seguinte enunciado:

~~**Enunciado MPCMG n. 01:** A atuação do Ministério Público de Contas como legitimado na propositura de representações perante o Tribunal de Contas não afasta a obrigatoriedade de sua atuação como custos legis no mesmo processo, **sendo prevento o membro responsável pela demanda**, em decorrência dos princípios da unidade institucional, da independência funcional e da imparcialidade na defesa da ordem jurídica e do interesse público.~~

Enunciado MPCMG n. 01: A atuação do Ministério Público de Contas como legitimado na propositura de representações perante o Tribunal de Contas não afasta a obrigatoriedade de sua atuação como custos legis no mesmo processo, em decorrência dos princípios da unidade institucional, da independência funcional e da imparcialidade na defesa da ordem jurídica e do interesse público. (Redação dada pelo Assunto Administrativo nº 102/2024 – DOC 23/08/2024)

Elke Andrade Soares de Moura

Procuradora-Geral

(Documento assinado digitalmente)